

# **FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS E MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O CURRÍCULO DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA REGIÃO NORTE DO BRASIL**

Julio Sérgio Camargo

UFPA/ ESTÁCIO UNIJIPA – [j.s.camargo@hotmail.com](mailto:j.s.camargo@hotmail.com)

Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira

UFPA - [ferreira@ufpa.br](mailto:ferreira@ufpa.br)

*Resumo:* A temática deste trabalho versa sobre a medicalização da educação e o currículo de formação de professores em pedagogia na região Norte do Brasil. Elegemos como objetivo analisar os currículos dos cursos de pedagogia das universidades públicas (federais e estaduais) da região Norte do Brasil, discutindo se os documentos abordam conteúdos sobre a medicalização da educação podendo ou não contribuir com a superação do fenômeno da medicalização. Em termos teórico-metodológicos, utilizamos o Materialismo Histórico-Dialético que guiou o trabalho documental, e acessamos seis Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia e uma página eletrônica contendo as ementas das disciplinas. Esse estudo foi realizado nas Universidades Federais e Estaduais da Região Norte do Brasil. Como resultados, constata-se que de forma incipiente a maioria dos cursos abordam a temática da medicalização da educação e apenas dois cursos mencionam especificamente. Propõe-se a ampliação de estudos nos espaços acadêmicos e Programas de Pós-Graduação, e indica-se a importância da materialização da temática em saber objetivo nos currículos dos cursos superiores.

**Palavras -chave:** Formação de pedagogos. Medicalização da Educação. Currículo.

## **Introdução:**

A medicalização na educação emerge na medida em que dificuldades ligadas a questões pedagógicas, políticas, ideológicas e culturais são identificadas como fracasso escolar individual, notadamente procurando na criança algum “desvio do comportamento” ou “anormalidade”, pois “as justificativas para o insucesso escolar são centradas quase exclusivamente em características

personais e/ou biológicas do indivíduo, em sua família ou em sua raça” (Eidt & Martins, 2019, p. 13).

Por trás desse fenômeno, mobilizam-se diversos transtornos, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), discalculia, dislexia dentre outros, e na última década, há um aumento desses diagnósticos, justificando-se, mesmo sem evidências científicas de sua eficácia, o uso de psicoestimulantes como Ritalina e Concerta (Eidt & Martins, 2019) tornando a educação básica conveniente para a rentabilidade da indústria farmacêutica.

Essa problemática tem levado estudiosos a discutir e desvelar a essência deste fenômeno denominado de medicalização da vida e da sociedade. Em uma coletânea organizada por Tuleski e Franco (2019) pontua-se a necessidade de discutir outros elementos que condicionam a apropriação do conhecimento por parte do aluno, como por exemplo a organização do ensino, evitando-se rotular as dificuldades escolares como um problema orgânico/biológico.

O trabalho de Costa (2018), analisando os projetos e leis estaduais e federais sobre o tema do TDA-H, apontou que esses documentos legais orientam pela busca incessante de diagnósticos, laudos e tratamentos para esses transtornos pela via da saúde. Todavia, por desconsiderar a produção do conhecimento sobre a atenção voluntária como uma produção histórica e cultural, “causam a culpabilidade do aluno por problemas de um sistema educacional falido, sem promover aprendizagem e uma educação de qualidade desalienante” (p. 7). Costa (2018) constata, com relação a esses projetos de leis sobre a temática, que os políticos e os partidos políticos receberam para suas campanhas eleitorais, verbas oriundas das indústrias farmacêuticas.

Através dessa problematização, contrapõem-se aos transtornos de déficit de atenção e outros distúrbios semelhantes. Conforme Tuleski e Franco (2019), na Educação Básica, especificamente nos primeiros anos escolares, são crescentes esses “falsos diagnósticos” ou afirmação de transtornos e distúrbios da aprendizagem, cujos casos mais comuns são as dificuldades de apropriação da linguagem escrita e domínio de cálculos matemáticos nos primeiros anos escolares.

Posto isso, coloca-se a necessidade de se ampliar a discussão entre os profissionais da educação, especialmente entre os professores que atuam na primeira infância escolar (4 anos de idade aos 7 anos de idade). Problematiza-se o que se discute sobre o tema na formação de professores para os anos iniciais da Educação Básica? Os currículos dos cursos tratam adequadamente do tema da medicalização da educação? Por entendermos que a especificidade da educação é “produzir, direta e

intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2019, p. 48), a educação escolar se encontra no núcleo desta especificidade, ela seleciona os conteúdos clássicos, organiza e planeja intencionalmente para a formação, alienação e/ou emancipação dos indivíduos e essa organização vincula-se diretamente à questão do currículo, como a definição dos conteúdos essenciais da educação escolar.

Logo, propomo-nos neste trabalho, de cunho documental, analisar os currículos dos cursos de pedagogia das universidades públicas (federais e estaduais) da região Norte do Brasil, discutindo se os documentos abordam conteúdos sobre a medicalização da educação, podendo ou não contribuir com a superação do fenômeno da medicalização.

### **Metodologia:**

Utilizamos como Método o Materialismo Histórico-Dialético e através de um estudo documental, acessamos os Projetos Políticos dos Cursos (PPC) e planos de ensino dos cursos de Pedagogia das universidades públicas selecionadas. No decorrer de nossa investigação, foram coletados os dados nas plataformas das universidades públicas da região Norte do Brasil, acessando as páginas dos cursos de pedagogia e buscando informações sobre os documentos legais.

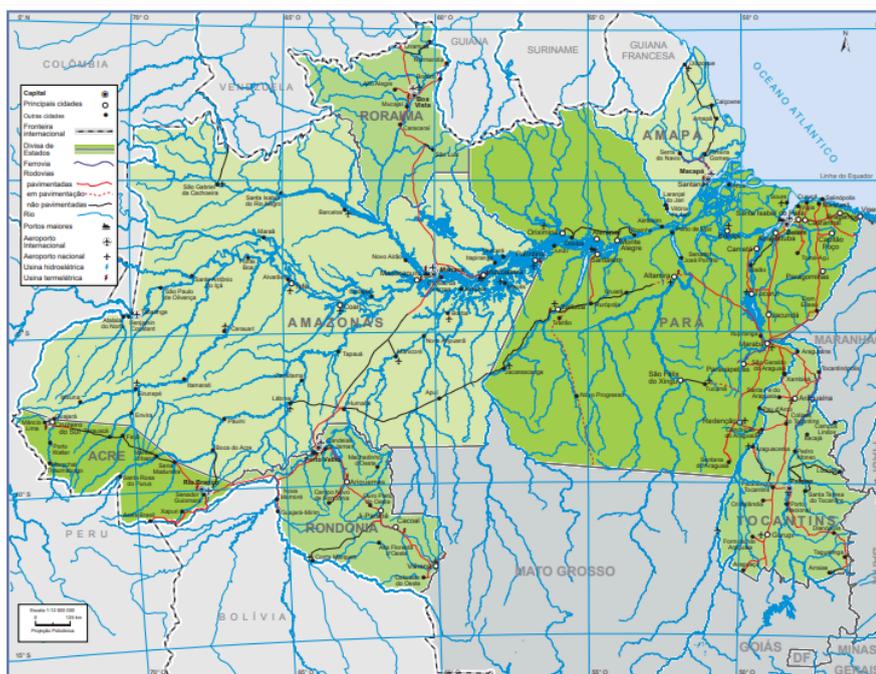
Após levantarmos os dados, analisamos os componentes curriculares dos cursos, as ementas, os conteúdos curriculares e a bibliografia utilizada, buscando elementos sobre a temática (tratando sobre TDAH, etc).

### **Resultados e discussões:**

O Brasil é dividido em cinco regiões geográficas: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Em extensão territorial a região Norte se destaca, porém é a menos numerosa em relação a população brasileira, concentrando apenas 8% do total. A Região Norte faz fronteira com alguns países sendo: Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Também se concentra na região Norte a floresta Amazônica, que cobre sua maior extensão geográfica, e é considerada o berço de riquezas do Brasil, justificando o direcionamento de políticas públicas de proteção ambiental. Para melhor contextualização de nossa prática social, apresentamos o mapa a seguir:

**Figura 01**

*Mapa Região Norte do Brasil*



*Nota.* Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2017)

Bastante extenso geograficamente, e abarcando inúmeras riquezas minerais, fauna e flora, o Brasil é um país com grande volume de publicação de políticas públicas na América Latina, e ainda é considerado um dos mais desiguais (Leonardo *et al.*, 2016). Entre essas desigualdades temos aquela apontada por Sampaio e Oliveira (2015) como desigualdade de tratamento de seus problemas. Os recursos das regiões mais potentes economicamente como o Sul e Sudeste, têm vantagens em relação aos dispêndios financeiros investidos em suas escolas, o que é diferente da região Norte.

A Região Norte possui sete estados. Efetuamos nossas buscas nos sites eletrônicos das Universidades e instâncias acadêmicos de Educação, conforme descrito a seguir:

**Quadro 1**

*Universidades Públicas consultadas*

Estado	Universidade Federal	Universidade Estadual
Acre	UFAC	Não tem
Amazonas	UFAM	UEA

Amapá	UNIFAP	UEAP
Pará	UFPA; UFOPA; UNIFESSPA	UEPA
Roraima	UFRR	UERR
Rondônia	UNIR	Não tem
Tocantins	UFT	UNITINS

*Nota.* Elaboração própria

Na organização do ensino brasileiro, as Universidades Federais são de responsabilidade da União (Governo Federal), com relação a sua criação, expansão e manutenção. As Universidades Estaduais pertencem à jurisdição dos Governos dos Estados. Conforme o quadro 1, dos sete estados pertencentes à região Norte, apenas cinco estados contém, além das Universidades Federais, Universidades Estaduais.

Destas Instituições de Ensino, priorizamos acessar apenas os Campus localizados nas capitais dos estados, com exceção do estado de Rondônia, para o qual consultamos também o Campus da Cidade de Ji-Paraná da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

No levantamento dos documentos dos cursos de Pedagogia, priorizamos apenas os Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC em vigência. Por uma questão de dificuldades em localizar todos os PPCs, seja pela não disponibilização online, ou alguns sites eletrônicos estarem em manutenção, como resultado final seis PPCs passaram pela análise: dois na Universidade Federal de Rondônia - UNIR (Campus Porto Velho e Campus Ji-Paraná); um na Universidade Federal do Pará - UFPA (Campus Belém); um na Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Campus Manaus); um na Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (Campus Amapá); e um na Universidade Estadual do Amapá - UEAP (Campus Amapá). Apenas as informações coletadas na Universidade Estadual do Amazonas - UEA (Campus Manaus), necessitou de ajustes quanto aos critérios de buscas, visto não encontrarmos o PPC disponível, e redefinimos nosso acesso ao site da Escola Normal Superior, consultando suas disciplinas disponíveis.

A leitura desses documentos foi guiada observando-se as ementas dos cursos, os conteúdos abordados, e bibliografia básica utilizada. Atentemo-nos aos conceitos que poderiam remeter ou indicar elementos da medicalização da Educação: distúrbios, TDAH, discalculia, disgrafia, normalidade, dificuldades escolares, etc.

Como resultados, constatamos que a maioria dos currículos não apresenta o tema especificamente da medicalização da educação. Todavia, na universidade Federal de Rondônia, destaques para o Campus Ji-Paraná, a disciplina *Psicologia da Educação II* (Departamento de Ciências Humanas e Sociais, 2018) e campus Porto Velho-RO, na disciplina *Psicologia da aprendizagem* encontramos entre os conteúdos o tema da medicalização (Departamento Ciências da Educação, 2012). No referencial teórico da disciplina do Campus de Porto Velho identificamos autores que tratam, contribuem e problematizam o tema, como por exemplo as obras de Maria Helena Souza Patto e de Vigotski constando na bibliografia. Indicamos que essa característica no currículo relaciona-se ao fato do Campus de Porto Velho congregar o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) e conjuntamente com o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), que interagem sobre o tema da medicalização da educação, desenvolvendo pesquisas a respeito.

Contrariamente, também no Campus de Porto Velho (Departamento Ciências da Educação, 2012) tem-se a disciplina *Psicologia do desenvolvimento*, na bibliografia básica e nos conteúdos apontados em maioria, apresenta como base a psicologia funcionalista e interacionista, destaques para Jean Piaget e Freud. Essas teorias psicológicas acabam por explicar o desenvolvimento humano não de modo concreto e multideterminado. A psicologia interacionista explica o desenvolvimento de forma biológica e espontânea, corroborando no aumento do fenômeno da medicalização da educação. Nos estudos levantados neste trabalho (Tuleski & Franco, 2019) para a superação do fenômeno, entre as propostas estão a emergência de se recuperar teorias concretas e dialéticas, e dentro da psicologia temos os estudos da Teoria Histórico-Cultural como possibilidade dessa explicitação.

No Campus Ji-Paraná-RO, da Universidade Federal de Rondônia, no *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia*, verificamos a disciplina *Educação Inclusiva*. Entre os conteúdos abordados temos: principais distúrbios que se constituem em problemas de aprendizagem e de ajustamento escolar; distúrbios psicomotores e deficiências; Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH; Transtorno de Comportamento, Discalculia e Dislexia (Departamento de Ciências Humanas e Sociais, 2018). Destacamos destes conteúdos o tema Déficit de Atenção, Discalculia e Dislexia questionados por estudos da medicalização (Costa, 2018; Tuleski & Franco, 2019). Apesar da temática da inclusão escolar envolver diversos grupos, e trabalhar o respeito à diversidade na escola, da forma como que vem sendo trabalhada pode ocultar a essência da questão, sendo um fator de grande importância o interesse da indústria farmacêutica em rentabilizar a educação em busca de falsas promessas na regulação e resolução do fracasso escolar com a venda de medicação

(Eidt & Martins, 2019). Entre os conteúdos sobre os tipos de deficiência, o grupo discalculia, disgrafia, TDA-H são mencionados como público-alvo, o que aponta um equívoco na elaboração desse conteúdo.

No mesmo documento (Departamento de Ciências Humanas e Sociais, 2018) menciona-se o Transtorno do Comportamento; principais distúrbios que se constituem em problemas de aprendizagem e de ajustamento escolar e prevenção das deficiências. São apresentadas essas temáticas como conteúdos a serem abordados na disciplina. Cabe fazer a problematização a respeito de serem conteúdos específicos da área da medicina e abordados em um curso de formação em pedagogia. Como exemplo o Transtorno do comportamento, distúrbios e principalmente o conteúdo “como prevenir deficiências” indicam que o público alvo da Educação Especial é acometido por doenças e propriamente os termos *distúrbios* e *transtornos* são da área médica.

Na Universidade Federal do Pará - UFPA, curso de Pedagogia, Campus Belém, a disciplina curricular *Bases biológicas do desenvolvimento humano* (Instituto Ciências da Educação, 2010) inclui conceitos a serem problematizados no campo da medicalização da educação, como por exemplo, ao tratar no conteúdo da disciplina “alterações genéticas que comprometem a sequência do desenvolvimento dito normal”. Esses elementos podem contribuir na rotulação, normalização ou “anormalização”, dos modos diferentes de levar a vida, atribuindo o fracasso escolar ao nível individual. A presença da psicologia positivista se apresenta na explicação do desenvolvimento físico após o nascimento: sequência padrão e anormalidades. Nessa disciplina, percebe-se o foco na maturação biológica e no desenvolvimento espontâneo do indivíduo, apontando uma secundarização das relações sociais mediadas intencionalmente na educação escolar.

No mesmo campus temos a disciplina *Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento*. Apesar de citar entre os conteúdos elementos de teorias que explicam o desenvolvimento humano que rompem com os padrões biologicistas e organicistas, destaque para Teoria Histórico-Cultural, a literatura básica e os conteúdos abordados em maioria retratam e se baseiam na Análise do Comportamento, teoria psicológica que trata sobre os reflexos, estímulos e respostas, questionada e superada pela THC. Essa teoria que predomina acaba servindo como luva aos interesses neoliberais na explicação e difusão dos slogans meritocráticos, principalmente por abordar o tema de recompensar os indivíduos a partir dos seus esforços. Esse foco no individualismo e meritocracia, contribui com o rótulo do fracasso individual, caindo no tema da medicalização da educação e da

vida. Aqueles que não conseguem seguir a lógica, necessitam de uma medicação para entrar na disputa (Eidt & Martins, 2019).

No curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Amazonas - UEA, na disciplina *Psicologia da aprendizagem* (Ambiente Virtual de Aprendizagem, *s.f.*), dentre os conteúdos acerca do tema, temos “os principais problemas, dificuldades e distúrbios que afetam a aprendizagem”. Pode indicar o que geralmente é abordado em disciplinas de psicologia da aprendizagem, focalizando o biológico e o orgânico, e a temática dos distúrbios aponta sobre TDAH, discalculia, disgrafia, e novamente descreve o fenômeno aqui abordado e questionado.

Destacamos ainda um tema que se apresentou em nossas investigações: ao consultarmos o *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia*, da Universidade Estadual do Amapá - UEAP, Campus Macapá, na disciplina *Psicologia da Educação I* há uma aproximação entre Lev Vygotsky, Piaget e Wallon. Na ementa da disciplina, esses autores são agrupados como teorias construtivistas. Não se trata da temática deste trabalho discutir especificamente tal questão, porém mencionamos que Duarte (2000) aponta essa secundarização e tentativas de aproximação da teoria psicológica marxista de Lev Vygotsky aos pressupostos biologicistas e maturacionistas do construtivismo.

Diante disso, cabe reiterar que teorias construtivistas corroboram com a temática da medicalização ao assumir que o desenvolvimento humano ocorre pela via da espontaneidade, ou maturação biológica. Essas concepções podem se materializar em sala de aula quando questões da organização de ensino, e elementos econômicos, sociais e políticos se abstraem na explicação da criança não aprender a ler e a escrever pelo motivo de não atingir a idade correta. Caso esse domínio da leitura e da escrita não se efetive na idade maturacionista indicada, explica-se a causa desse fracasso no biológico, direcionando ou diagnosticando precocemente diversos distúrbios que necessitam de serem resolvidos pela via medicamentosa.

Essas problematizações apontadas sobre o fato das teorias construtivistas e interacionistas serem abordadas nos conteúdos de formação de pedagogos, não indicam que não deveriam ser mencionadas. Pelo contrário, compreendemos que podem esses conteúdos serem transmitidos e apropriados pelo acadêmico em formação. Porém necessita-se socializar conteúdos que clarifiquem essas contradições, para atingir o movimento de *superação por incorporação*. Além do mais, a temática da medicalização na educação já é tratada em vasta publicação científica e que precisa ser materializada em forma de saber objetivo nos cursos de licenciaturas, e, a longo prazo, nos demais cursos superiores.

Neste estudo, limitamo-nos a uma análise geral dos conteúdos curriculares estarem ou não orientados a contribuir com a discussão do tema da Medicalização na Educação, visto que não incluímos dados de entrevistas com os professores e não observamos de qual modo esse trabalho pedagógico foi conduzido *in loco*, tampouco, superar o fenômeno da Medicalização da Educação pode ser considerado tarefa isolada do trabalho docente, da escola e da formação docente, ou na questão curricular. Fazer a análise por esse prisma é responsabilizar o campo da formação e trabalho docente em responder por problemas mais amplos enraizados no bloco histórico neoliberal.

### Considerações finais:

Com esse trabalho, verifica-se ainda o caráter incipiente de conteúdos que tratem da medicalização na educação nos currículos dos cursos de pedagogia da região Norte do Brasil, já que poucas instituições tratam da temática. Ademais, ainda incluem no currículo conteúdos que podem contribuir no enraizamento da medicalização na sociedade, como por exemplo a discussão sobre transtornos de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade.

Defendemos a necessidade de se ampliar tal discussão no campo da formação de professores e trabalho docente, visto que esses profissionais lidam com a problemática no cotidiano escolar. Sendo assim, importa desvelar entre os professores os interesses das indústrias farmacêuticas ligados a esses, muitas vezes falsos, diagnósticos, apontando a estratégia neoliberal de deixar intocáveis problemas mais estruturais: o modo de produção do capital e o projeto educacional a ele correlato.

### Referências

Ambiente Virtual de Aprendizagem. (s.f.). *Escola Normal Superior em Pedagogia - UEA*. <https://avauea.uea.edu.br/course/index.php?categoryid=65>

Costa, B. L. (2018). Políticas Educacionais e Transtorno de Déficit de Atenção-Hiperatividade. [Dissertação de Mestrado, UNIR]. <https://drive.google.com/file/d/1pyKdDQ9VrkUkBFgIJ2G47-FICuNxViRA/view>

Departamento de Ciências Humanas e Sociais -. (2018). Projeto Pedagógico do Curso – PPC Adaptação e Convalidação: Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Campus Ji-Paraná-RO. UNIR . [https://secons.unir.br/uploads/ato/RESOL\\_86\\_PEDAG\\_JIPA\\_1024028526.pdf](https://secons.unir.br/uploads/ato/RESOL_86_PEDAG_JIPA_1024028526.pdf)

Departamento de Ciências da Educação -. (2012). Projeto Político-Pedagógico: Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Campus Porto Velho-RO. UNIR . <https://ded.unir.br/pagina/exibir/10040>

Duarte, N., (2000). Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados

Eidt, N. M. Martins, D. R. Medicalização, uma história antiga: recuperando as relações com o higienismo e a eugenia na sociedade e educação (2019). In. Tuleski, S. C. Franco, A. de F. (Orgs.) *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. (1. Ed.). Rio de Janeiro: NAU editora. (Trabalho original publicado em 2019)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -. (2017) Mapas Regionais -. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/10861-mapas-regionais.html>>.

Instituto Ciências da Educação -. (2010). Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - Campus Belém-PA. UFPA . [https://www.iced.ufpa.br/images/Documentos/faed/ppp\\_pedagogia\\_2010\\_atual.pdf](https://www.iced.ufpa.br/images/Documentos/faed/ppp_pedagogia_2010_atual.pdf)

Leonardo, N. S. T. Rossato, S. P. M. Constantino, E. P.. (2016). Políticas públicas em educação e o fracasso escolar: as interlocuções com a psicologia. In. CAMPOS, Herculano Ricardo. SOUZA, Marilene Proença Rebello de. FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Org.), *Psicologia e políticas educacionais* (1a. ed., Cap. 2, pp. 46-66). Natal, RN: EDUFERN.

Sampaio, G. T. C., & Oliveira, R. L. P. de. (2016). Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE*, 31(3), 511–530. <https://doi.org/10.21573/vol31n32015.60121>

Saviani, D. (2019). *Pedagogia Histórico-Crítica, quadragésimo ano: novas aproximações*. 1 Ed. Autores Associados.

Tuleski, S. C. Franco, A. de F. (2019). *O lado sombrio da medicalização da infância: possibilidades de enfrentamento*. (1. Ed.). Rio de Janeiro: NAU editora.

Universidade Estadual do Amapá -. (2019). Projeto Pedagógico do Curso – PPC Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Campus Macapá - AP. UEAP. [http://www.ueap.edu.br/storage/old\\_files/Arquivos/Postagens/Atualiza%C3%A7%C3%A3o%20site%202020/Atualiza%C3%A7%C3%A3o%20Cursos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20423\\_%20ANEXO%20-%20PPC%20de%20%20Pedagogia%20-%20Projeto%20revisado%20e%20formatado.pdf](http://www.ueap.edu.br/storage/old_files/Arquivos/Postagens/Atualiza%C3%A7%C3%A3o%20site%202020/Atualiza%C3%A7%C3%A3o%20Cursos/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20423_%20ANEXO%20-%20PPC%20de%20%20Pedagogia%20-%20Projeto%20revisado%20e%20formatado.pdf)